

EVOLUÇÃO DA BANDEIRA PORTUGUESA

1143



1185



1248



1385



1481



1495



1557



1640



E como hoje andam todos a celebrar o desastre de 1 de dezembro de 1640 eu resolvi recordar que o jovem Miguel da Paz nascido em 1499 tinha sido Rei de Portugal e de Espanha se não morresse ao fim de dois anos. É verdade amigos, como são interessantes os “pequenos detalhes” da História, que vieram legalizar de pleno direito a sucessão de Filipe II de Espanha ao trono de Portugal em 1580, por morte sem descendência do herdeiro varão o cardeal D. Henrique com 68 anos, 9º filho do rei D. Manuel I. A candidatura de Filipe é fortíssima e praticamente indiscutível, já que resultava do casamento da filha terceira de D. Manuel I, com Carlos V (I de Espanha), pais do “nosso” Filipe. Os tais detalhes da vida que determinam o curso da História...

Paradoxalmente algum tempo antes desse acontecimento a situação poderia ter sido de certo modo invertida, unificando as coroas ibéricas “para o nosso lado” *, pois em 1499 um menino chamado Miguel da Paz, primeiro filho de D. Manuel I com Isabel, filha dos Reis católicos, foi proclamado herdeiro das coroas de Portugal e de Espanha. Só que morreu com 2 anos.

Há quem tenha saudades dos espanhóis, há quem tenha saudades do Salazar e ainda há quem tenha saudades do sonho chamado 25 de abril.

Quem me garante que éramos melhor como província espanhola do que independentes?

Quem me garante que não seríamos hoje uma célula independentista como as da ETA?

Quem me garante que teríamos aqueles magníficos jogadores de futebol? Eusébio nunca teria existido...Figo não era um “pesetero” e Deco não tinha necessidade de arranjar outra nacionalidade porque como o Brasil tinha ficado espanhol ele ia jogar pela Argentina...

E se fosse ao contrário e a Espanha fosse hoje uma província de Portugal? Que aconteceria aos Bourbon?

Só tinham utilidade nos EUA onde eles bebem os Bourbons todos que podem, enquanto aqui no país ao lado entronam-nos e chamam-lhes Reis.

São conjeturas apropriadas de ler num dia destes,

CRÓNICA 77 – DO IBERISMO AO 1º DE DEZEMBRO - 22-30 novembro 2009

Gostava de ter algumas réstias do meu sempiterno otimismo, mas a minha reserva desoladamente está no seu nível mínimo desde há duas décadas. Mas quando a chuva cai dentro de casa e alaga o chão ou os móveis como se não houvesse teto, ano após ano, tenho de decididamente assumir que estas construções são de péssima qualidade e estes “mestres” de construção não passam de biscateiros incapazes de fazerem uma obra como deve ser.

Mas se vou a um restaurante o resultado é similar com um serviço deficiente a preços de luxo. Se vou a um mecânico automóvel idem aspas. Ou na saúde, na justiça, na ignorância santa dos novos professores e seus alunos, na incompetência dos que governam e mandam. É esta a tradição e não é de hoje, vem de há muitos anos como constatei ao traduzir este parágrafo:

Desde há muito também que se sabe da vinda dos Templários às terras da antiga Lusitânia em 1126, recebendo em doação os terrenos da Fonte Arcada [Póvoa de Lanhoso], por Dona Teresa, mãe de Afonso D. Henriques, sendo seu mestre Guilherme Ricardo.

Dona Teresa também lhes doara o castelo de Soure como primeiro fasto da Ordem. A investida mourisca contra este posto avançado dos cristãos de Coimbra no ano de 1144,

foi o grande batismo de guerra dos cavaleiros templários que, então, já haviam transformado esta velha ruína numa fortaleza.

Dizia-se que na convicção templária: «a morte era, de facto, mais bela que a vida comprada com a cobardia». É precisamente este o sentido da divisa ainda hoje utilizada pelos açorianos, que a inscreveram no seu brasão.

Nela é citada a célebre frase de Cipião de Figueiredo e Vasconcelos), conde da vila de São Sebastião (por D. António I) distinguiu-se como corregedor dos Açores durante a crise de sucessão de 1580, tendo governado o arquipélago durante o período conturbado que se seguiu à aclamação nas ilhas de D. António, Prior do Crato como rei de Portugal.

Enquanto a Terceira e as ilhas próximas resistiram ao assalto dos espanhóis à Coroa portuguesa, São Miguel franqueou-lhes a entrada. Estas diferenças tinham que ver essencialmente com o facto de o Corregedor Ciprião de Figueiredo estar sediado em Angra. Fiel apoiante de D. António Prior de Crato, terá proferido a frase «MAIS VALE MORRER LIVRES DO QUE EM PAZ SUJEITOS».

Por outro lado, a capitania de S. Miguel estava na mão da influente família Gonçalves da Câmara. Além disso, residia nessa altura em São Miguel o Bispo dos Açores, D. Pedro de Castilho, fiel a Filipe II. Além de outros cargos, viria a ser Vice-Rei de Portugal em paga da sua fidelidade à causa castelhana. Mais tarde, o Capitão do Donatário de São Miguel receberia o título de Conde de Vila Franca.

A ele se deve a fortificação e organização da defesa da ilha Terceira que levou à vitória na batalha da Salga.

Foi ele que se negou a entregar os Açores ao poder espanhol, preferindo morrer a favor do Prior do Crato, o último monarca da ímpar dinastia de Avis.

Será simples coincidência de convicção, ou serão mesmo os Açores um dos últimos refúgios da mente templária?

Também em Portugal abundam os que querem fazer esquecer o terror do domínio castelhano e se apressam a entregar o país ao vizinho ibérico. Tal como Miguel Urbano Rodrigues escrevia há apenas três anos:

Os iberistas, ao esboçarem uma Espanha plerórica de energias, de progresso e criatividade, simulam esquecer que o país exibe a mais alta taxa de desemprego da União Europeia anterior ao alargamento. Não aludem sequer ao racismo e à xenofobia que fazem hoje da pátria de Cervantes um dos países europeus onde os imigrantes, sobretudo os magrebinos e os equatorianos e colombianos, são mais discriminados.

Preferem discorrer sobre a localização da capital de uma Ibéria unida, a estrutura institucional do Estado - Federação ou simples transformação de Portugal em mais uma Região Autónoma - e, o papel do Rei D Juan Carlos de Bourbon. ...

Nas peculiaridades que diferenciam e aproximam portugueses e espanhóis fala-se do bacalhau, do fado, do flamenco, de marialvas e senhoritos, dos dois idiomas, ... longe de serem «muito parecidos», portugueses e espanhóis distanciaram-se progressivamente, exibindo atitudes quase antagônicas.

Trabalham a horas diferentes, transformam o culto do aperitivo num instrumento de convívio, comem a horas diferentes.

O ruído é ali componente da vida, do conceito dos lazeres.

Outra omissão é a falta de referências à colonização econômica de Portugal pela Espanha. O processo em curso é avassalador.

Há três décadas a Espanha não existia praticamente como parceiro comercial de Portugal. Hoje ocupa o primeiro lugar nas importações portuguesas.

A invasão do capital espanhol é diluviana. A banca espanhola conquistou uma parcela importante do mercado português.

O mesmo ocorre com a hotelaria e as grandes transnacionais como El Corte Inglés e Zara. As imobiliárias espanholas invadem as cidades, do Minho ao Algarve.

O processo de colonização pacífica, no âmbito do funcionamento do mercado, assume facetas particularmente alarmantes no Alentejo onde capitalistas espanhóis compraram já as melhores terras no perímetro do Alqueva.

Adquiriram milhares de hectares para criação de porcos, instalação de lagares e plantação de oliveiras e vinhas.

Essa invasão do capital espanhol é obviamente festejada pelo Governo de Sócrates e pela grande burguesia como muito positiva. Saúdam os investidores espanhóis como empresários agentes do progresso. Agradecem.

Com a espontaneidade da nobreza de 1383 a saudar D João De Castela e a nobreza de 1580 a alinhar com Filipe II. Essa forma de dominação econômica encobre, afinal, uma modalidade de intervenção imperial.

Miguel Urbano Rodrigues, in "Alentejo Popular" (Beja) 02-11-06

Portugal atingiu uma tal irrelevância internacional que ninguém se surpreenderia se fosse uma dependência espanhola, como se de um banco se tratasse e estivéssemos a falar de abrir um escritório na faixa litoral já que o interior está desertificado de gentes e de economias de mercado viáveis.

Por outro lado, despontam a nível governamental várias iniciativas de união ibérica, nem sempre dissimuladas, que pessoalmente me causam engulhos. Porque é um profundo estudioso do assunto e condensou aquilo que se pretende aqui dizer, iremos seguir em duas ou três páginas o que Carlos Fontes escreveu na sua página Lusotopias:

<http://lusotopia.no.sapo.pt/indexPTmortedeiberistas.html>

O iberismo é um fenómeno típico do século XIX, que emergiu em Portugal e em Espanha, como resposta à teoria das grandes nações então em voga na Europa.

Segundo os seus defensores as pequenas estariam condenadas a serem absorvidas pelas grandes, tal como teria acontecido entre os animais onde os mais fortes extinguíram os mais fracos (teoria darwinista).

O iberismo emerge na sociedade portuguesa como uma manifestação patológica de indivíduos que num dado momento sofreram uma forte influência espanhola ou se assumiram como agentes de interesses espanhóis. Sempre que a situação é melhor no outro lado da fronteira, a integração de Portugal em Espanha surge aos olhos dos iberistas como a solução para resolver a crise, sem trabalho.

Os portugueses consideram os iberistas como elementos degenerados de um povo orgulhoso da sua história e identidade cultural.

A sua atuação em cerca de 9 séculos de História traduziu-se sempre em divisões e conflitos que degeneraram em guerras civis, com um cortejo interminável de mortes.

Alguns assassinatos de iberistas ficaram célebres na História de Portugal. A morte dos iberistas era entendida como um ato de defesa de valores que consideravam fundamentais - dignidade, identidade cultural e liberdade -, mas também uma manifestação de respeito por si próprios.

Um povo que não se respeita a si próprio, nunca será respeitado por outros. Ora, o iberista sempre manifestou um profundo desprezo pela dignidade e liberdade do povo português, agindo de modo a destruir a comunidade que o viu nascer.

É por isso que as razões que os portugueses apresentaram para justificar a morte dos iberistas são em tudo idênticas às apresentadas depois da IIª. Guerra Mundial (1939-1945), para a condenação à morte de nazis e fascistas...existem princípios que não podem ser transgredidos, nomeadamente o respeito que todos os seres humanos merecem na sua dignidade, identidade e liberdade.

As mortes de dois iberistas assumiram uma enorme carga simbólica na história portuguesa, sendo continuamente evocadas: a morte do Conde Andeiro e a de Miguel de Vasconcelos. A morte do Conde de Andeiro, fidalgo galego, foi assumida como o símbolo de liberdade de um povo que recusa as ingerências externas e os jogos palacianos para lhes imporem o que não quer.

Este iberista, um típico traidor castelhano, participou em diversas conspirações ao serviço de Portugal e de Inglaterra. Em Lisboa, acabou por ascender a uma elevada posição na corte, tendo recebido de D. Fernando o título de Conde de Ourém, pondo-se durante a crise de 1383-85, ao serviço de Castela.

Foi assassinado, a 6 de dezembro de 1383, por D. João, mestre de Avis e futuro rei de Portugal.

A sua nefasta ação e de outros esbirros traduziu-se numa violenta guerra civil que só terminou quando os portugueses exterminaram os aliados de Castela.

A morte de Miguel de Vasconcelos exprime simbolicamente a afirmação da identidade cultural de um povo, cuja forte individualidade saiu reforçada após uma opressão de 60 anos.

Este secretário do governo espanhol, ficou tristemente célebre pelo ódio que nutria pelos seus concidadãos.

Em 1634 tentaram-no matar pela primeira vez. Se o tivessem feito, muitas vidas teriam sido provavelmente poupadas. Na manhã de 1 de dezembro de 1640, quando os portugueses restauraram a independência de Portugal, foi o primeiro a ser morto.

A ação destes iberistas, entre 1580 e 1640, traduziu-se numa brutal opressão da população portuguesa. Após a morte deste esbirro, o povo português travou com a Espanha, durante 28 anos, uma sangrenta guerra na Europa e na América do Sul pela defesa da sua liberdade e dignidade.

Ora bem, como hoje em dia ninguém estuda História, episódios como este perdem a sua força e não são transmitidos de geração para geração, perdendo-se a memória coletiva do povo."

Continuo a fazer minhas as palavras de Carlos Fontes:

Nas duas últimas décadas, órgãos de comunicação social, em Portugal, usando da liberdade de expressão própria de um regime democrático, têm procurado de forma sistemática abrir fraturas na sociedade, aproveitando momentos particularmente difíceis do país.

As personagens são quase sempre as mesmas, ligadas a interesses obscuros e grupos económicos espanhóis.

O seu objetivo é simples:

1. Mostrar através de "sondagens" encomendadas ou "discussões" públicas que na sociedade portuguesa existe um grupo de iberistas, cujo objetivo é a dissolução do Estado português;

2. Dar "voz" à hipotética minoria iberista portuguesa. Ao mesmo tempo, a imprensa espanhola mostra a aceitação à possível integração.

3. Os supostos iberistas não constituem qualquer corrente de opinião, muito menos são um movimento organizado.

A imprensa afeta aos interesses espanhóis trabalha no terreno das hipóteses...descarada tentativa de desestabilizar a sociedade portuguesa, introduzindo elementos de discórdia e desmoralização coletiva.

Oliveira Martins (1845-1894) é o melhor exemplo dos esbirros iberistas. É difícil de determinar a causa do profundo ódio que manifestava pelos seus concidadãos e o país. Ao contrário de outros, não foi um iberista de circunstância, mas manteve um percurso político coerente com esta aberração.

Antero de Quental, em 1869 era um confesso iberista, dois anos depois já nem fala no assunto, e mais tarde abomina semelhante ideia.

Algo idêntico ocorreu com Teófilo Braga.

Oliveira Martins foi um típico vira-casaca: anarquista (Proudhoniano), socialista, republicano, monárquico, liberal, antiliberal. Defendeu a liberdade, mas também a ditadura. Atacou os ditadores, mas apoiou João Franco. É apontado como um dos introdutores das ideias socialistas em Portugal, mas também como um profascista. Muitas das suas ideias foram aplicadas por ditadores como Sidónio Pais ou Oliveira Salazar.

Tirando partido da crescente debilidade mental de Saramago, o "Diário de Notícias" (15 de julho de 2007), relançou a questão do iberismo. Este velho comunista, a viver em Espanha afirma que em breve Portugal irá transformar-se numa das suas províncias, não porque os portugueses o queiram, mas porque é melhor para eles.

Quem o diz é este adulator de ditadores como Estaline, Ceausescu ou Fidel de Castro.

Como sempre, outros jornais trataram de fazer eco deste insulto ao povo português. Uma educação salazarenta, 45 anos no PCP e 14 em Espanha, a que se juntou o casamento com uma espanhola foram a receita ideal para produzirem um típico iberista.

Para consubstanciar a ação, Saramago cria uma Fundação cujo objetivo será promover a contestação pública em Portugal, tendo à sua frente uma espanhola...

Três dias depois, uma jornalista da agência de notícias espanhola EFE, aproveita para promover a discussão do Iberismo em torno das afirmações de Saramago. O alvo foi o presidente Cavaco Silva que se limita a afirmar que a união entre Portugal e a Espanha era uma "hipótese absurda".

Durante as eleições legislativas de setembro de 2009 - a TVI -, um canal de televisão português controlado por espanhóis interferiu diretamente na campanha eleitoral, lançando a suspeita de uma possível interferência do governo português na comunicação social.

Sem qualquer respeito pelas leis de Portugal, a administração resolveu afastar a "jornalista" (Manuela Moura Guedes) que desde 2008 promovia uma campanha de propaganda contra o governo socialista. Ao contrário do que se procurou fazer crer, não se tratou do apoio dos espanhóis a um qualquer partido político.

Estamos perante um canal de televisão onde a propaganda pró-espanhola é constante, e onde os noticiários e a maioria dos programas possuem um objetivo muito claro: desestabilizar a sociedade portuguesa, fomentando os conflitos sociais e denegrindo internamente a autoestima da população.

Não deixa de ser curioso constatar que, enquanto estes factos ocorriam, a comunicação social espanhola procurava lançar nova campanha em defesa das teses iberistas, apoiada numa "sondagem" realizada pela Universidade de Salamanca, com a colaboração de alienados no ISCTE (Lisboa).

A razão por que escolhi este tema para a Crónica de hoje é a data que ora se celebra, o dia da Restauração da Independência de 1 de dezembro de 1640, para que os mais jovens nunca o esqueçam e o deixem

de tratar como um dia em que se não trabalha ou não há aulas. Infelizmente, é para a maioria, um dia como outro qualquer aqui nos Açores, sem que o povo se dê conta do seu significado:

“...arrebataados do generoso impulso, saíram todos das carroças e avançaram ao paço. Neste tempo andava D. Miguel de Almeida, venerável e brioso, com a espada na mão gritando: — Liberdade, portugueses! Viva El-Rei D. João, o Quarto!”

A ideia de nacionalidade esteve por trás da restauração da independência plena de Portugal após 60 anos de monarquia dualista. Cinco séculos de governo próprio haviam forjado a nação, fortalecendo-a a rejeitar qualquer união com o país vizinho.

A independência fora sempre um desafio a Castela e uma vontade de não ser confundido com ela. Entre os dois estados foram sucessivas e acerbadas as guerras, as únicas que Portugal realmente travou na Europa.

Para a maioria dos Portugueses, os Habsburgo eram usurpadores, os Espanhóis inimigos e os seus partidários, traidores. Culturalmente, avançara depressa a castelhanização do País de 1580 a 1640. Autores e artistas gravitavam na corte espanhola, fixavam residência, aceitavam padrões espanhóis e escreviam cada vez mais em castelhano, contribuindo para a riqueza do teatro, da música ou da arte pictórica espanholas.

Dão a impressão errada de decadência cultural após 1580.

A perda da individualidade cultural era sentida por muitos portugueses, com reações diversas a favor da língua pátria e da sua expressão em termos de prosa e poesia. Contudo, os intelectuais sabiam perfeitamente que os seus esforços seriam vão sem a recuperação da independência política.

Economicamente, a situação piorara desde 1620 ou até antes. Muitas razões que justificavam a união das coroas ficaram ultrapassadas.

O Império Português atravessava uma crise com a entrada em jogo de holandeses e ingleses. Perdera o monopólio comercial (Ásia, África e Brasil) e a Coroa, a nobreza, o clero e a burguesia haviam sofrido severos cortes de receitas.

Os Espanhóis reagem contra a presença portuguesa nos seus territórios, mediante vários processos, entre os quais a Inquisição. Isso suscitou grande animosidade nacionalista em Portugal aprofundando o fosso já cavado entre os países. D. Margarida, duquesa de Mântua, neta de Filipe II, exerceu o governo de Portugal, de 1634 a 1640, com autoridade de vice-rei e capitão-general.

A situação económica estava longe de brilhante. Os produtores sofriam com a queda dos preços do trigo, azeite e carvão. A crise afetava as classes baixas, cuja pobreza aumentou sem disfarces.

O agravamento dos impostos tornava a situação pior. Para explicar os tempos difíceis e apaziguar o descontentamento geral, a solução apresentava-se fácil e óbvia: a Espanha, causa de todos os males.

A conspiração a favor da independência congregava um grupo heterogêneo de nobres, clientes e funcionários da Casa de Bragança e elementos do alto e baixo clero.

Em novembro de 1640 conseguiram o apoio formal do duque de Bragança. Na manhã do 1º de dezembro, um grupo de nobres atacou a sede do governo em Lisboa (Paço da Ribeira), prendeu a duquesa de Mântua e matou ou feriu membros da guarnição militar e funcionários, entre os quais o Secretário de Estado, Miguel de Vasconcelos.

Seguidamente, os revoltosos percorreram a cidade, aclamando o novo estado, secundados pelo entusiasmo popular. Por todo o Portugal, metropolitano e ultramarino, as notícias da mudança do regime e do novo juramento de fidelidade foram recebidas e obedecidas sem qualquer dúvida.

Apenas Ceuta permaneceu fiel à causa de Filipe IV.

D. João IV entrou em Lisboa a 6 de dezembro. Proclamar a separação fora fácil. Mais difícil seria mantê-la. Tal como em 1580, os portugueses de 1640 estavam longe de unidos. As classes inferiores conservavam intacta a fé nacionalista aquiescendo a D. João IV, mas a nobreza, com laços familiares em Espanha, hesitou e só parte alinhou com o duque de Bragança. O mesmo se passou em relação ao clero.

O novo monarca não gozava de uma posição invejável. Do ponto de vista teórico, tornava-se necessário justificar a secessão: longe de figurar como usurpador, reaveria simplesmente aquilo que por direito legítimo lhe pertencia.

Abundante bibliografia (em Portugal e fora dele) a partir de 1640, procurou demonstrar os direitos reais do duque de Bragança.

Se o trono jamais estivera vago de direito, em 1580 ou 1640, não havia razões para eleição em cortes, o que retirava ao povo a importância que teria, fosse o trono declarado vacante.

Todo o reinado (1640-56) foi orientado por prioridades. Primeiro, a reorganização do aparelho militar, com reparação de fortalezas das linhas defensivas fronteiriças, fortalecimento das guarnições e obtenção de material e reforços no estrangeiro.

Paralelamente, uma intensa atividade diplomática nas cortes da Europa, para obter apoio militar e financeiro, negociar tratados de paz ou de tréguas, e conseguir o reconhecimento da Restauração, e a reconquista do império ultramarino.

A nível interno, a estabilidade dependeu, do aniquilamento de toda a dissensão a favor de Espanha.

A guerra da Restauração mobilizou todos os esforços que Portugal podia despende e absorveu enormes somas de dinheiro.

Pior, impediu o governo de conceder ajuda às frequentemente atacadas possessões ultramarinas. Mas, se o cerne do Império, na Ásia, teve de ser sacrificado, salvou a Metrópole de uma ocupação pelas forças espanholas.

Portugal não dispunha de um exército moderno, as suas forças eram escassas na fronteira terrestre, as suas coudelarias extintas, os seus melhores generais lutavam pela Espanha algures na Europa. Do lado português, isto explica por que motivo a guerra se limitou em geral a operações fronteiriças de pouca envergadura.

Do lado espanhol, é preciso lembrar que a Guerra dos Trinta Anos (até 1659) e a questão da Catalunha (até 1652) atrasavam ofensivas de vulto.

*Regra geral, a guerra, que se prolongou por 28 anos, teve altos e baixos até se assinar o Tratado de Lisboa, em 13 de fevereiro de 1668, entre Afonso VI de Portugal e Carlos II de Espanha, em que este reconhece a independência do nosso País.*¹

Hoje anda aí muita gente com passaporte português a celebrar o 1º de dezembro como se tivesse sido um desastre ou péssimo acontecimento. Esquecem que se tratou da reconquista da liberdade do povo e da nação subjugada pelo poder dinástico dos Filipes de Castela. Mais vale um povo pobre e livre do que rico na gaiola dourada com as cores do reino de Espanha. Assim dizem os galegos que se aproximam das origens portuguesas preservando língua e cultura. Por vezes, a memória dos homens é curta.

Quase ninguém sabe nem evoca o jovem Miguel da Paz (nascido em 1499) que teria sido Rei de Portugal e de Espanha se não morresse aos dois anos.

É verdade, e infelizmente este “se” é desconhecido da maioria dos portugueses, clamem ou não pelo regresso ao trono espanhol. São deveras interessantes os “pequenos detalhes” da História, que vieram legalizar de pleno direito a sucessão de Filipe II ao trono de Portugal (1580), por morte sem descendência do herdeiro varão, cardeal D. Henrique (68 anos), 9º filho do rei D. Manuel I.

A candidatura de Filipe era fortíssima e praticamente indiscutível. Resultava do casamento da filha terceira de D. Manuel I, com Carlos V (I de Espanha), pais de Filipe I de Portugal (II de Espanha).

São estes pequenos detalhes da vida, que determinam o curso da História. Paradoxalmente, antes da candidatura de Filipe ao trono em Lisboa, a situação poderia ter sido invertida, unificando as coroas ibéricas “para o lado português”.

Em 1499, fora proclamado herdeiro das coroas de Portugal e de Espanha, Miguel da Paz, primeiro filho de D. Manuel I com Isabel, filha dos Reis Católicos.

¹ (Adaptado de Oliveira Marques, “A Restauração e suas Consequências”, in História de Portugal, vol. II, Do Renascimento às Revoluções Liberais, Lisboa, Ed. Presença, 1998, pp. 176-201).

Azar dos portugueses ou conspiração castelhana, o certo é que morreu com 2 anos de idade. Por estas e outras razões os portugueses serão sempre saudosistas, dos espanhóis, de Salazar e do sonho chamado 25 de abril.

-- Quem garante que Portugal seria melhor como província espanhola do que independente? (Os galegos dizem que não)

-- Quem garante que não seria Portugal hoje uma célula independentista, tipo ETA, (aliada ou não à Galiza)?

E se fosse ao contrário?

Se o Reino de Espanha fosse hoje uma província de Portugal?

Que aconteceria aos Bourbon? Só tinham utilidade nos EUA. Lá emborcam todos os Bourbon que encontram.

Infelizmente, aqui ao lado, entronizam-nos e chamam-lhes Reis.